

024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 06DEZ2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): (14h20min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego PLL nº 378/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

Aprego PLL nº 048/18, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

Aprego PLL nº 105/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza.

Aprego PLL nº 132/18, de autoria do Ver. José Freitas.

Aprego PLL nº 142/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

Aprego PLL nº 152/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

Aprego PLL nº 156/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

Aprego Ofício nº 1.117/GP (Lê.): “Senhor Presidente: Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo inc. VII do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre a implantação dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional no âmbito da Atenção Primária à Saúde e sob a administração direta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre. Na oportunidade, incluo ao Projeto a repercussão financeira. A justificativa que acompanha o Expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta. Atenciosamente, Gustavo Bohrer Paim, Prefeito, em exercício”.

Aprego o Ofício nº 1.111/GP (Lê.): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que o Prefeito estará ausente do Município, nos dias 4 e 5 de dezembro do corrente ano, para reuniões com o Deputado Federal Nilson Leitão, o Ministro Extraordinário do Governo de Transição Onyx Lorenzoni e com o Presidente eleito Jair Bolsonaro, em Brasília/DF, fazendo jus a eventuais despesas para o custeio de estadia, alimentação e deslocamentos, nos limites estabelecidos na lei. Registro, por oportuno, que, na vacância, assumirei este Executivo. Atenciosas saudações, Gustavo Bohrer Paim, Prefeito em exercício”.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

Em discussão o PLE nº 015/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLE nº 010/18. (Pausa.)

Ver. Mauro Pinheiro (REDE): Presidente Valter, estou conversando com os demais vereadores para nós tentarmos montar blocos de emendas, com o governo abrindo mão de aprovar algumas. Gostaria de ver se podemos fazer uma pequena paralisação na sessão, para que a gente possa organizar esses blocos e conseguir votar com mais celeridade.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Suspendo a sessão para atender ao pedido do Ver. Mauro Pinheiro, em favor da celeridade e do acordo que se busca estabelecer para a votação das emendas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h25min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (14h50min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; um grande abraço ao meu amigo Zeca Rodrigues, que nos assiste sempre, grande jogador do Palmeiras, é o único que eu sei que nos assiste todos os dias e, depois, fica corneteando as roupas dos vereadores!

Estou iniciando, enquanto os vereadores conversam com os líderes do governo, esperamos ter uma tarde produtiva e rápida na votação do orçamento para o próximo ano. Temos mais de cem emendas de vereadores, 29 emendas já foram aprovadas pelo relator do orçamento, que é o Ver. João Carlos Nedel. Entre essas 29 emendas, tem quatro emendas deste vereador, uma delas prevê R\$ 100 mil para o PPCI do Ginásio Tesourinha, porque o Ginásio Tesourinha, infelizmente, está interditado. Nós, lá atrás, quando ainda era o governo Fortunati, demos início à obra para fazer o PPCI do Ginásio Tesourinha; o secretário era o professor Edgar Maurer. Com a troca de governo e com a

pág. 2

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

crise, a obra parou, e os bombeiros interditaram o Ginásio Tesourinha. Então, este vereador apresentou esta emenda de R\$ 100 mil, consensual, o governo aceitou, e eu espero que seja cumprida imediatamente, quando virar o ano, quando for aberto o orçamento, porque o Ginásio Tesourinha não pode ficar parado. As aulas estão acontecendo, mas os grandes eventos não estão acontecendo. E o Ginásio Tesourinha também é uma fonte de renda para a secretaria. Tem mais três emendas deste vereador, também consensuais, que foram aceitas pelo governo e que tratam de dinheiro alocado para a colocação de equipamentos nas praças e parques, para qualidade de vida, equipamentos de ginástica.

Por outro lado, algumas emendas não foram aprovadas no relatório. Uma delas diz respeito ao campeonato municipal de várzea. No nosso tempo, nós chegamos a fazer a várzea com 500 equipes. Eu, como secretário, organizei a várzea em 22 ligas registradas em cartório. Na primeira fase, nos parques e praças, se classificavam quatro, cinco, seis de cada local, dependendo do tamanho da liga, que iriam para a parte final do campeonato municipal; 60 equipes masculinas, 40 femininas. A arbitragem custa R\$ 60 mil, R\$ 70 mil. No governo novo agora, do Prefeito Marchezan, o campeonato está terminando, teve só 30 equipes, e as equipes têm que pagar a arbitragem. Pagar a arbitragem! Eu fiz um apelo ao Ver. Moisés Barboza, que, por problemas pessoais, deixou a liderança, mas tem influência no governo e na Secretaria de Esportes, falei com o líder Mauro Pinheiro – jogam na várzea os dois – dizendo é importante retomar esse campeonato na sua grandeza, essa competição na sua grandeza. Muitas vezes, é a única coisa que as pessoas têm na comunidade.

Tem uma emenda maior, a do carnaval, que é para cumprir a Lei Dilamar Machado, para dar estrutura aos desfiles das escolas de samba. Essa emenda, que é a Emenda nº 01, eu vou discutir quando abrir a votação, porque vou apresentar documentos, vou apresentar mais argumentos, para que possamos aprová-la. Quero agradecer desde já ao Ver. Moisés, mais uma vez, e ao Ver. Mauro, que estão conversando com o Sr. Prefeito, para que ele aceite essa emenda para o carnaval para botar a estrutura para que a cultura popular possa ser retomada. Muito obrigado, Ver. Moisés, pelo esforço, não sabemos se será aceita ou não; e ao Ver. Mauro também, muito obrigado. Obrigado, Sra. Presidente!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, vereadores e vereadoras, colegas da Câmara, público que nos assiste pela TVCâmara, Presidente Mônica; eu vejo aqui o orçamento, como sempre, para ser discutido. Não é novidade o orçamento irrisório para os animais, como em todos os municípios. Lamentavelmente, é simbólico, só para dizer que, para os animais, nós damos um pedaço de milho, um grão de ração. Isso não é só em Porto Alegre, é, lamentavelmente, em todos os municípios. Estava olhando o orçamento, algo do tipo que os protetores gastam. Protetores conseguem fazer mais do que os municípios no Brasil.

Eu não poderia deixar de me manifestar sobre ontem, quando, infelizmente, o nosso colega Tarciso faleceu. Era uma figura brilhante, um amigo querido, eu não queria deixar passar em branco, assim como eu não poderia deixar passar em branco o que aconteceu na cidade de Osasco, que, na minha opinião, gerou um constrangimento internacional. Foi na empresa Carrefour. Um indivíduo da segurança se sentiu no direito de dar com um bastão – todo mundo viu nas redes sociais – na cabeça de um animal que estava dormindo. Para quem não sabe, muitos animais moram dentro de supermercados, de postos de gasolina, nas fachadas de lojas e são, diariamente, escoraçados pela ausência de orçamento público, de política pública para os animais. Aquele animal que cata lixo, que tem fome e que é orientado a se retirar dos locais, porque gera constrangimento, porque tem fedor, ou está com bicheira, ele não está porque ele quer. Ele está por falta de orçamento, de política pública de Prefeitura, de leis que defendam os animais. Nós estamos, há 518 anos, desde que o Brasil foi descoberto, sem um indivíduo com vergonha na cara, um prefeito, um governante que olhe para os seus animais de forma real. Agora eu vejo a questão do Carrefour e, sinceramente, para mim, que sou protetor, isso é costumeiro. Eu fiquei até feliz que comoveu artistas, músicos, comoveu pessoas que nem são da causa animal; estão defendendo o animal que foi morto no Carrefour lá de Osasco, cidade da qual o Prefeito eu conheço e vou ligar. Se ele tiver vergonha na cara, ele manda tirar o alvará dessa empresa e manda demitir, porque nem apresentar o indivíduo que matou foi apresentado. Estupro e animal espancado, assim como esse,

sabem quando acontece? De segundo em segundo! Agora tem mais um sendo espancado em algum local em Porto Alegre, ou em outros municípios. Neste minuto, algum animal está sendo espancado como aquele no Carrefour, para quem não sabe. Só que nós, parece que a gente vive num mundo à parte, nós, os protetores, sabiam? A gente chega a se emocionar em ver, no Facebook, pessoas que não sabem disso se sensibilizarem. Por que não é crime, por que não é crime? O que o cara fez no Carrefour não é crime, vai para o Judiciário e não acontece porra nenhuma – desculpem o termo, retirar –, não acontece nada. Nada acontece para ele, como não acontece nada em nenhum município do País, porque não tem um preso, hoje, no Brasil, por crime contra animais. Sabe o que vai acontecer para esse cara do Carrefour, Ferronato, o que matou? Talvez seja demitido, e eu acho que nem vai ser, porque essa empresa nem vergonha na cara para se manifestar tem, nem vergonha na cara! Talvez seja demitido, não vai ter processo, não vai ter processo! Sabe o que vai acontecer, Pujol, com o cara que deu com um bastão no cachorro e matou lá na frente de todo mundo? Nada! Nem pagar uma peninha assim! Talvez ele vá ter que se apresentar na justiça em três meses. Eu pergunto: que País é este? É um Afeganistão, é uma vergonha na cara, é muita falta de vergonha. Eu quero dizer aos meus colegas parlamentares, deputados defensores dos animais: não adianta ser deputado dos animais, no Brasil todo, dizer que é dos animais, se não se sensibiliza quando acontecem crimes contra os animais todos os dias! Não adianta ser de tribuna! Bundas-moles de tribuna, deputadinhos de merda, de tribuna, como tem muitos, Roberto, como tem muitos! Muitos para fingir que estão aprovando lei. Se não se sensibiliza, se não vai para a casa mal, se não enche o olho de lágrima, aí não adianta porra nenhuma, não adianta nada Pujol, nada! O que aconteceu em Osasco, se o Prefeito não se manifestar... Se o Carrefour tiver vergonha na cara, bota agora 20, 30 animais com casinhas para viver dentro do Carrefour, para mostrar que a empresa está envergonhada. Senão o dono dessa empresa é uma fraude, é um fajuto, tem que ser processado. Se um cara rico que tem o Carrefour não fizer isso, ele não tem nem vergonha na cara! Sabem por quê? Porque, lamentavelmente, o que aconteceu lá vai ficar por isso. Se ele tem vergonha na cara, esse dono, ele faz isso. Aí volta a ter respeito, entendeu? Se eles não sabem o que vão fazer para apagar isso, vão lançar, Roberto, sabe o quê? Amanhã ou depois, uma promoção de Bauducco para o pessoal vender e

esquecer que o cachorro foi morto lá dentro. É isso que vão fazer, uma promoção de Coca-Cola de Natal, e fica por isso mesmo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós estamos mergulhados na papelama, nos documentos, enfrentando uma discussão que prevê, entre a discussão preliminar e o encaminhamento de votação, que nós avancemos durante a noite para, no dia de hoje, resolvermos o assunto do orçamento para o ano de 2019. Eu sinto muito que eu tenha que, aqui e agora, ser repetitivo, voltar a dizer, Ver. Mendes Ribeiro, aquilo que há muito tempo eu venho dizendo da tribuna: no Brasil, o orçamento é uma verdadeira ficção, eis que o próprio orçamento autoriza o seu descumprimento, na medida em que permite com largueza, contrariando o desejo do Ver. Mendes Ribeiro, por exemplo, que ocorram suplementações – descriteriosas, muitas vezes –, contrariando uma proposição nossa, consagrando a possibilidade do contingenciamento, que, seguramente, deforma qualquer orçamento. A rigor, todo o esforço das casas legislativas fica dependente por inteiro da concordância do Poder Executivo, cujos chefes podem concordar ou podem discordar, podem sancionar a emenda ou podem vetá-la, enfim, tem vários momentos em que a etapa do orçamento se desfigura e se desfaz. Um orçamento não é uma peça simples, tem o nascimento, o levantamento das situações, das necessidades, o estabelecimento dos valores, a previsão da receita – repito, a previsão da receita –, que é estimada, é prevista, mas que nem sempre é realizada; ao contrário, frequentemente, é inatingida. Por isso a gente fala “estima receita e fixa despesa”, aí a coisa muda de figura. Gastar mais do que a despesa permite, implica a necessidade, inclusive, de autorização legislativa. E olhem que, normalmente, os orçamentos já chegam à deliberação dos integrantes da Casa Legislativa da respectiva competência apresentando previsões de débito muito elevadas, e o nosso orçamento atual não altera em nada essa perspectiva.

Por isso, muito poucas emendas eu coloco durante todo esse processo. O conjunto tem três emendas nossas, nenhuma delas acolhida pelo relator; e duas delas, em princípio,

aceitas pela liderança do governo dentro do chamado “bloco da bondade”, aquelas que serão aprovadas.

Sra. Presidente, com a mágoa e com o pesar de ter que ser repetitivo nesse tema e, mais uma vez, apresentar esse aspecto negativo da lei orçamentária que é a sua não exigibilidade, eu digo, de forma repetitiva: há de chegar o dia em que o orçamento brasileiro da União, dos estados e dos municípios seja impositivo, que ali só se escreva aquilo que, efetivamente, vai se fazer; que haja a responsabilidade absoluta, dividida entre o Legislativo e o Executivo, de fazer um orçamento realista, que corresponda por inteiro, digo eu, à aspiração política do Município, representado na decisão dos seus legisladores e consolidado pela execução dos integrantes dos quadros do Executivo. Assim, Sra. Presidente, eu quero mais uma vez acentuar essa característica, alertando para que, no Brasil, essa luta ganhe mais corpo. Quando a Federação brasileira deixar de estar nessa situação caricata em que está, quando a Federação atingir essa maturidade, aí sim espero que o orçamento seja impositivo e respeitado por imposição da sua própria existência e legalidade. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador André Carús (MDB): Ver.^a Mônica, eu queria registrar a presença dos vereadores de Cachoeira do Sul que nos visitam nesta tarde: Ver. Marcelo Figueiró, do MDB, que foi presidente da Câmara; e ex-vereador, seu irmão, Luciano Figueiró, que também foi presidente da Câmara Municipal daquela cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sejam muito bem-vindos.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudá-la, Ver. Mônica, vice-presidente da Casa, comandando os trabalhos; quero saudar o vereador de São Borja que estava aqui, o Dutra, está lá sentado, do nosso Partido, o PP. Nós estamos discutindo a LOA, que é o orçamento do ano que vem, e já estivemos em piores momentos. Ver. Barboza, V. Exa., que recentemente deixou a liderança, mas continua na vice-liderança ajudando o Mauro, vocês dois têm feito um belo trabalho de união, de harmonia, buscando alternativas e também a compreensão dos vereadores.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

Nós temos 136 emendas que aperfeiçoam, que cobram algumas razões do passado, mas que precisam, nesta hora, a compreensão de todos nós. E me parece que o diálogo é o melhor neste momento, o diálogo busca o entendimento. Até me atrevo a dizer que alguns vereadores que têm dez emendas têm a compreensão de que as dez não podem passar, quem sabe um pouquinho menos; outros têm cinco, passam duas ou três, deixam outra para o outro ano. Mas o que mais interessa para nós num orçamento é efetivar o orçamento, não basta estar no orçamento e não efetivar durante o ano, Ferronato, ou seja, com suas palavras, não é bem assim. É melhor ele ser efetivado do que nós apregoarmos e votarmos inúmeras emendas e não acontecer, isso é o pior. Então, que nós sejamos razoáveis, que as emendas sejam aprovadas, mas sejam efetivadas, senão é uma frustração dos dois lados ou dos três lados. O cidadão espera uma pequena obra que é fundamental, às vezes, numa praça; às vezes, na comunidade, que vem a colaborar com o crescimento da sua comunidade, e ela não acontece.

Nós, da Comissão de Educação, quero lembrar, fomos na escola Gilberto Jorge, na Zona Sul, e lá tinha um ginásio 80% completo. Chegando lá, nós temos, com a nossa capacidade, que começar a criar ideias para ajudar o Executivo, mas, principalmente, para ajudar a escola, que precisa de um ginásio, o ginásio está praticamente completo. Chegamos a uma parceria com o conselho da escola de que nós devíamos aproveitar, de imediato, aquele ginásio, para dar possibilidade de as crianças brincarem, praticarem esporte. Não tem cabimento um ginásio daquela natureza estar parado, que serve a escola e a comunidade. Estou buscando, junto com outros vereadores – as goleiras já estão lá –, as telas para fechar, para dar um conforto. Essa emenda, falei com a Sofia, às vezes, não é necessária, se nós conseguirmos resolver isso momentaneamente e futuramente ser, através de uma emenda, completado. Mas há a compreensão nesse sentido, estamos com meio caminho andado. É o bom senso, a harmonia, e espero que nós tenhamos... Eu sei que a Prefeitura atravessa um momento difícil, mas, anteriormente a esse projeto da LOA, nós votamos a recomposição do 13º salário por unanimidade, por aclamação, não precisou nem ser através do voto expresso no painel eletrônico. Acredito que esse bom senso muda. Nós terminamos o ano compreendendo, admitindo que precisamos agir, admitindo que há uma possibilidade de harmonia entre os dois poderes, o Executivo e o Legislativo, para que nós tenhamos um resultado melhor na Cidade. Parabéns a todos que estão entendendo este momento. Se é bom para a Prefeitura, é

pág. 8

bom para nós; se é bom para nós; se é bom para nós, tem que ser bom para a Prefeitura, mas, principalmente, bom para o cidadão de Porto Alegre. Essa é a nossa busca, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, telespectadores da TVCâmara; neste debate, muitos argumentam que o orçamento é uma peça de ficção. De fato, em parte, isso é verdade. Eu digo em parte, porque, quando se trata de fazer ajuste e atacar os interesses dos servidores públicos, o orçamento não é uma peça de ficção, pois não tem garantido sequer o que é constitucional, que é a reposição salarial dos servidores públicos, que, além de não terem a sua reposição salarial, têm os seus salários atrasados. Desse ponto de vista, o orçamento recessivo é aplicado, não é uma peça de ficção. O que, infelizmente, se demonstra, ano após ano, como uma peça de ficção é quando o orçamento é discutido na Câmara de Vereadores, emendas de vereadores são aprovadas e não são executadas. O governo, infelizmente, tem demonstrado uma natureza autoritária quando discute o orçamento, quando pensa o orçamento. Um orçamento, para refletir efetivamente um governo democrático, ele tem que buscar canalizar as demandas da sociedade, as demandas dos bairros, as demandas dos conselhos e também, de preferência, se puder, as demandas da Câmara de Vereadores, que, de modo distorcido, refletem os interesses da sociedade. É de modo distorcido, porque a Câmara deveria ser um reflexo mais real da sociedade, mas a gente sabe que não é assim, e o descrédito na política tem demonstrado isso ao longo do tempo.

Aqui há demandas de todo tipo, demandas justas, que o governo não busca incorporar num projeto orçamentário, como as emendas que o Maroni busca ser o porta-voz, de defesa de direitos dos animais, que eu não acho que sejam gratuitas, acho que são justas também. Acho que um orçamento público tem que pensar esse problema, não pode não pensar esse problema, porque, do contrário, ele está também estimulando o desrespeito com os animais, e o Maroni citou aqui o caso dessa brutalidade com um animal lá no

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

Carrefour. Há também várias demandas esportivas e culturais, o Bosco fez várias propostas nesse sentido, que tampouco são aprovadas. E, quando são aprovadas, muitas por unanimidade, às vezes não são cumpridas. O Cassiá estava citando algumas emendas que ele fez e que não foram cumpridas, aí não adianta. A gente discute, aprova e não se cumpre nada! Esse tipo de método é o que faz com que o orçamento discutido na Câmara seja uma peça de ficção: a parte em que, supostamente, teria que incorporar as demandas dos vereadores. Eu tenho poucas emendas, até porque conheço o método da construção desse orçamento, mas são emendas que refletem o trabalho real. Uma emenda que eu fiz é vinculada à cultura, todo o tema do *hip-hop*, a que me dedico, coloco recursos próprios para garantir que nós tenhamos festivais de *hip-hop* em Porto Alegre, acho que é uma obrigação de quem realmente apoia um movimento cultural como esse. Tenho emendas que foram aprovadas por unanimidade nesta Casa: uma, em 2017, a Emenda nº 100, que eu reapresento agora, para que, de fato, seja cumprida. Essa é a exigência que nós vamos fazer e vamos buscar nos mobilizar para que seja cumprida, porque não é simplesmente apresentarmos uma emenda, aprovar e, depois, esquecer a emenda. Não! Nós aprovamos e seguimos essa emenda. Sabemos que há apoio no interior do governo de técnicos, de médicos, de enfermeiros, para, por exemplo, concretizar um ambulatório, que é uma reivindicação do movimento LGBT, específico para a comunidade trans, é uma emenda de R\$ 200 mil, aprovada por unanimidade. Eu sei, inclusive, que foram feitos planos para pôr em prática essa emenda, para pôr em prática esse aporte para o interesse público. Nós fizemos, presidente Mônica, a emenda, em 2017, destinando R\$ 200 mil para a política de saúde integral da população LGBT. Nós tivemos informações de que o projeto e o plano operativo da política estão prontos desde abril e não foram executados. Bem, nós vamos colocar de novo à votação para aprovar e para cobrar a execução. Eu creio que isso é uma necessidade.

O Bosco tem uma demanda, que não é uma demanda do Bosco, é uma demanda da Cidade, relacionada ao carnaval: nós temos que aprovar e lutar para que seja executada. O governo, que, às vezes, reclama que falta debate, que precisa ter uma Câmara que escute mais as suas propostas, não pode fazer com que haja um diálogo de ficção. Não adianta apenas escutar, tem que respeitar o que escuta; e respeitar o que escuta, em primeiro lugar, é cumprir com o que a Câmara dos Vereadores vota, ainda mais se for uma votação por unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; estamos discutindo uma questão extremamente importante e vital para o ano de 2019, na cidade de Porto Alegre, que é o nosso orçamento. Um orçamento que, no momento, apresenta uma realidade de muita dificuldade na economia do País, do Estado e do Município. No orçamento, temos uma receita de R\$ 7,5 bilhões, uma despesa prevista de R\$ 8,4 bilhões e um déficit, infelizmente, de R\$ 900 milhões. Nós temos um governo legitimamente eleito na cidade de Porto Alegre, que faz a sua gestão, tem um modelo de gestão de trabalhar as políticas em que acredita, e nós temos 36 vereadores, também eleitos pela população, cada um representando uma parcela da Cidade e defendendo um determinado segmento. Estamos discutindo e debatendo as emendas ao orçamento. Ano passado, eu coloquei uma emenda aprovada pelo relator, aprovada pelo governo, aprovada por esta Casa e que não foi cumprida: era R\$ 1,5 milhão para começar a construir o Posto Coinma. Eu acho que temos que começar a discutir outras questões, quando a gente for tratar de orçamento. Por que não as emendas no valor “x” – uma parte das emendas dos vereadores não são impositivas –, para que aí possa valer essa discussão e esse acordo que nós, vereadores, estamos fazendo aqui no plenário?

Eu, este ano, decidi colocar apenas duas emendas: uma que foi aprovada pelo relator, R\$ 30 mil para investir na Semana do Jovem Empreendedor de Porto Alegre. Uma bandeira importante não só minha, mas de vários vereadores que acreditam no empreendedorismo como forma de gerar emprego, gerar renda e fazer crescer economicamente o nosso Município. A outra emenda foi colocar um percentual fixo de 5% para suplementação do orçamento. Uma emenda importante, na qual eu não visio engessar o orçamento da Prefeitura, e sim valorizar o orçamento público e torná-lo cada vez mais real, fazendo com que o valor seja mais bem alocado, com um percentual máximo de suplementação de 5%. Também vejo por outro lado, pelo lado de trazer para a Câmara essa responsabilidade difícil do Executivo de alocar os recursos nos lugares certos.

Eu espero que a gente tenha uma boa tarde de debate, de discussão e que a gente possa pensar não nas nossas emendas e nas nossas bandeiras, mas no conjunto da cidade de Porto Alegre, que a gente possa trabalhar para que se tenha um orçamento eficaz nas políticas públicas da Cidade e que a gente possa melhorar vários e vários problemas que hoje a nossa população enfrenta. Era isso, Presidente. Muito obrigado e um bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente. Quero dizer que nós não aceitamos este orçamento como um orçamento deficitário. Já fizemos esse debate quando a LDO veio para cá, já fizemos o debate quando o orçamento chegou. A Prefeitura está colocando mais de R\$ 1 bilhão de novos investimentos inexistentes, recursos inexistentes, obras não priorizadas no Orçamento Participativo, uma possibilidade, uma quimera. Dizer para a Cidade, dizer para esta Câmara que uma quimera é um déficit é mentir para a população! É começar e continuar o discurso da hecatombe econômica que obriga a aumentar impostos, retirar direitos de funcionário, congelar funcionários e parcelar funcionário! Parcelar dessa maneira equivocada, perversa, porque, sinceramente, a Prefeitura depositar, na sexta-feira, um valor, depois depositar mais uma migalha na segunda-feira, qual é a mudança que tem de receita, entre sexta e segunda, a não ser desorganização proposital da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que massacra os servidores, que coloca os servidores em problemas financeiros seriíssimos por conta desse parcelamento e congelamento? Agora apresenta um orçamento deficitário, sendo que é um bilhão, cento e pouco, que é uma invenção, uma vontade de necessidades que a Cidade talvez tenha. Ou seja, nem capacidade técnica para um bilhão a mais tem a Prefeitura de realizar, se ela buscasse esse recurso. Primeiro, não é deficitário; segundo, as emendas que fizemos estão suprimindo a falta de participação popular, de protagonismo popular. Pela primeira vez na história do Orçamento Participativo, o conselho rejeitou a peça orçamentária que veio para esta Casa! Foi rejeitada pelo COP. Por quê? Porque não contempla as prioridades discutidas

na Cidade no que tem de resistência do OP, porque não existe mais. Existe uma representação por região resistindo e exigindo debate. Portanto não vamos aceitar esse discurso! Esta Casa tem uma emenda coletiva, e nós queremos aprovar o mecanismo, a janela que abre a possibilidade de recomposição da inflação nos salários do funcionalismo, porque todo o orçamento foi recomposto, foi reajustado. O IPTU é reajustado automaticamente, o ISSQN é reajustado automaticamente, o orçamento é reajustado, e o município tem perda salarial ano a ano, não tem recomposição da inflação. As emendas que nós colocamos suprem um pouco da falta de participação popular. E não é invenção, Cassiá, de dinheiro novo. Nós buscamos um dinheiro que está previsto no orçamento, inclusive, essa quimera de um bilhão, e colocamos onde tem necessidades que, nesta Casa, se apresentaram o ano inteiro. Falo de uma delas: a Secretaria Municipal de Esporte teve uma redução brutal de recursos, a política do esporte. Está chovendo dentro de todos os ginásios, todos! Todos estão com problemas de piso, os ginásios de esporte das nossas comunidades; a manutenção da piscina prejudicada, das quadras, não tem insumo, não tem mais palco, não tem mais caminhão que leva funcionários para eventos. Então, tem várias emendas populares vinculadas ao esporte, que são da luta do povo que está nas praças e parques exigindo a política pública no esporte.

Por fim, quero dizer que nada justifica a não nomeação do funcionalismo municipal. O massacre e a perda de aulas, de qualidade de educação que vêm acontecendo na rede municipal em função da não nomeação é um crime que o Prefeito comete com as nossas crianças e com os nossos adolescentes. Agora a notícia de hoje dos jornais é que o concurso está suspenso, porque a Prefeitura não pagou a La Salle. A Prefeitura recebeu esse recurso, os candidatos e as candidatas pagaram. O concurso tem que ser homologado, e as pessoas nomeadas. O concurso para as áreas do conhecimento tem que ser realizado, como matemática, que é tão falado pelo secretário de Educação, que vai gastar R\$ 30 milhões – estava a notícia no jornal esta semana – para avaliar a rede municipal de ensino. Mas avaliar o quê? A incompetência do próprio trabalho? A falta de professores? A ausência de gestão? A ausência de formação? Ele vai gastar R\$ 30 milhões para avaliar! Eu quero só ver de onde ele vai tirar esses R\$ 30 milhões para avaliar. Eu quero só ver de onde ele vai tirar esses R\$ 30 milhões e se ele vai assumir

que ele é o responsável pela perda de qualidade da educação no município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, plateia que nos assiste; hoje é um dos momentos mais importantes da atuação da Câmara, é a aprovação da lei orçamentária para o ano de 2019. É bem verdade que pouco espaço há para se mexer no orçamento como veio. Isto, Ver. Moisés, merece ser elogiado: a conduta do poder Executivo, que mandou a esta Casa um orçamento que diz a verdade, que mostra a verdade. A projeção de receitas é de R\$ 7,5 bilhões; a de despesa, R\$ 8,4. As despesas projetadas são maiores do que a receita, e isso mostra que Porto Alegre está prestes a enfrentar um déficit de R\$ 918 milhões, fosse cumprido tudo o que estamos querendo orçar. Um desastre nas contas que se abate sobre a cidade de Porto Alegre.

É por isso também que digo que deixei de apresentar emendas a esse orçamento, porque sabemos que, num cenário de orçamento deficitário, colocar emendas significa apenas um gesto político, pois as emendas acabarão não sendo executadas, porque falta dinheiro. Não deixa, portanto, de ser um gesto de fazer um movimento para uma parte da população, que vai passar a esperar um recurso que não chegará. Por isso, deixei de apresentar emendas, mas quero ressaltar uma emenda que entendo que merece ser adotada, que foi a proposta pelo Ver. Mendes Ribeiro. É uma emenda que limita o espaço de manobra que o Executivo tem dentro do orçamento que hoje, ao contrário do governo do Estado, dispõe de 10% do orçamento para realocar entre rubricas; no governo do Estado, são 5%. Acho que a proposta do Ver. Mendes Ribeiro é na linha de reduzir o espaço que o Executivo tem para realocar livremente os recursos de 10 para 5% do valor orçado. Por que é que eu sou favorável a essa emenda? Primeiro, porque ela obriga o Executivo a, quando tiver de fazer uma realocação vultosa, vir a esta Câmara, com um projeto de lei específico, justificar esta realocação. Segundo, porque ela também termina por limitar a alocação de recursos nas empresas públicas deficitárias de Porto Alegre,

pág. 14

diga-se Carris e Procempa. Importante também dizer que as alocações de recursos para essas empresas deficitárias merecem ser, cada vez mais, trazidas à tona, para que a população saiba qual é o custo de mantê-las públicas, a Carris e a Procempa. Se vão votar para assim mantê-las, ou não, é uma outra história. Importante é, pelo menos, a transparência com o cidadão do verdadeiro custo dessas empresas. Terceiro, porque isso obriga o Executivo a reduzir o volume de recursos livres do orçamento, obriga o governo a, cada ano, planejar melhor, organizar melhor o orçamento que mandará para esta Casa e alocar mais recursos eficientes no orçamento. Hoje são quase R\$ 800 milhões que o governo municipal pode jogar aonde quiser dentro do orçamento. Isso é um incentivo a que os orçamentos sejam feitos de forma, digamos, menos precisa, mais relaxada, menos técnica. Portanto, eu sou favorável ao Ver. Mendes Ribeiro, estou elogiando a sua emenda, lutarei para que seja aprovada.

Apresentarei ainda esta semana uma emenda ao projeto de emenda à Lei Orgânica do Ver. Mendes Ribeiro, para limitar o aporte de capital nas empresas públicas do Município a apenas 10% do orçado. Hoje, neste orçamento, a Carris tem um pouco mais de R\$ 10 milhões, e a Procempa, pouco mais de R\$ 100 mil, quando nós sabemos que o custo final que essas empresas trarão para o bolso do porto-alegrense é muito maior do que isso. Vou fazer uma emenda ao projeto do Ver. Mendes Ribeiro, para limitar o aporte de capital nas empresas públicas do município de Porto Alegre, como um gesto de transparência e como proteção do cidadão contra o desperdício que essas estatais acarretam, ano a ano, no bolso dos porto-alegrenses. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e também na TV Câmara; o orçamento – assim como no ano passado, a gente já fez as considerações – chegou aqui com um déficit bastante significativo, mais de 10% do valor de receitas da Prefeitura, o que é extremamente preocupante. Eu me somo aos comentários do Ver. Ricardo Gomes sobre a importância de termos essa adequada avaliação do uso dos recursos e também o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

entendimento de que Porto Alegre não tem mais espaço orçamentário para exceder seus limites de compromissos e responsabilidades fiscais.

O que a gente notou, durante a análise deste orçamento enviado, foi que, na utilização dos recursos projetados pela Prefeitura caberiam algumas intervenções, porque, na nossa opinião, estava sujeita a uma melhoria. Uma delas foi o grande destacamento de recursos para a EPTC, um valor significativo que seria deslocado para a EPTC, uma empresa que consome bastante recurso do nosso Município. Uma outra questão, que eu já falei na tribuna quando do recebimento do orçamento, é sobre os 575% de aumento no gasto previsto com publicidade. Aí fica justificada a rejeição de várias emendas de vereadores por conta de uma concorrência pública, de 2017, da Secretaria Municipal da Fazenda, para publicidade nas diversas secretarias do Município.

Decidi encaminhar somente duas emendas a este orçamento. Uma trata de retirar alguma parte dos recursos da EPTC para destinar à Guarda Municipal de Porto Alegre, para que ela possa terminar de se equipar com armamentos, munição, coletes à prova de balas, enfim, ter melhores recursos para que possa fazer um policiamento complementar à Brigada Militar. Eu já venho elogiando a atual gestão, porque ela vem tornando a Guarda Municipal mais pró-ativa e mais destacada nas ruas, fazendo um trabalho de complemento à nossa Polícia Militar.

A outra emenda diz respeito à renovação de uniformes, materiais e equipamentos para uso diário também da Secretaria de Segurança Pública e da Guarda Municipal, que não têm uma renovação há mais de cinco anos, o que nos causou uma grande preocupação. Afinal de contas, quando a gente discute segurança pública aqui no Parlamento, a gente tem uma grande adesão popular em relação esse tema. Muitos vereadores vêm e discutem sobre segurança pública, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Legislativa, seja no Congresso Federal. Mas o momento de, efetivamente, fazer algo pela segurança pública é quando você destaca recursos e aloca esses recursos na área de segurança pública, para que eles sejam revertidos em ações práticas de policiamento, de reforço de inteligência, enfim, de estratégias para que o cidadão se sinta mais seguro e possa estabelecer sua vida na Cidade com mais tranquilidade, ou seus negócios.

Foi por isso que a gente encaminhou essas duas emendas – n^{os} 82 e 83 –, fazendo com que um pequeno percentual de recursos que iriam para a EPTC, ou que iriam para gastos em publicidade já aumentados em 575%, pudessem ter um uso muito mais alinhado com

o que a população espera daquilo que o estado foi criado para fazer, que é a segurança de seus cidadãos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos nesta tarde em que discutimos a lei orçamentária do município de Porto Alegre; é sempre importante esse debate. Independentemente de quantas emendas aprovaremos e de quantas serão rejeitadas, Porto Alegre não vai mudar por causa dessas votações da tarde de hoje. Não vamos nos iludir! Não vamos nos enganar! O governo fez um orçamento que eu considero equivocado, o governo nos apresenta números que não vão fechar, com emendas ou sem emendas. Vou apoiar emendas, porque respeito a posição individual e coletiva das bancadas. Pessoalmente, vocês já sabem, eu não apresento emendas ao orçamento, porque eu acho que a responsabilidade é do Executivo, tem que ser do Executivo. O Executivo tem que responder pela arrecadação e pelo gasto. Mais importante do que discutir alguma emenda... Eu vi o acordo feito naqueles 15 minutos na sala Adel Carvalho, aqui ao lado: vamos votar tantas emenda da bancada “x”, vamos aprovar; esta aqui não aprova; isso, isso, isso e aquilo. Não nos enganemos! Não vamos nos iludir nem iludir a população! O governo fará o que quiser, porque tem a caneta. Estão centralizadas por demais as decisões orçamentária nos Executivos em níveis nacional, estadual e local. Estadual nem se fala! A Assembleia Legislativa é chanceladora de questões do Executivo. Aqui, inclusive, felizmente, as coisas podem mudar. Mudariam muito, se nós tivéssemos em vigor efetivo a Lei de Acesso à Informação. Pergunto às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores: o povo, imaginem como ficará!

Vocês verificaram no passado e verificam hoje o *site* da Prefeitura de Porto Alegre e das secretarias. Aqui foi criada a Secretaria de Transparência. Quem é o secretário da Transparência? Da criação até hoje, o secretário é interino, ele acumula uma outra secretaria.

Eu fui estudar, detalhadamente, essa questão da Lei Anticorrupção. No Rio Grande do Sul, tem apenas quatro municípios que colocaram em vigor a Lei Anticorrupção, que é o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

controle de quem negocia com a Prefeitura. Nós temos gastos a serem feitos, e, se não houver controle, pode-se fazer uma emenda maravilhosa, R\$ 100 mil para o HPS, mas, se não tiver controle lá, isso pode ir pelo ralo, como, pelo ralo, vai uma babilônia de dinheiro.

Os dados nacionais são de que, se não houvesse corrupção no Brasil, nós poderíamos construir, num ano, 121 mil unidades de saúde. Resolveria o problema da saúde, inclusive, os mais graves. Então, mais importante do que discutir o orçamento, é discutir como se gasta, e poder ter controle sobre os gastos. O governo municipal participou, dias atrás, de um evento nacional sobre transparência, sobre *compliance*. Por sinal, agora eu sei quem é a pessoa, já tenho o nome, vou pedir uma reunião para saber o que é que tem de acúmulo nessa questão. É muito bonito fazer seminários, fazer eventos e discutir a transparência, os controles, mas as companhias, as autarquias e as empresas municipais, Ferronato, não têm código de ética e de conduta. V. Exa., que é um exímio professor, catedrático nessa área, há de convir comigo que tudo pode acontecer. Se tudo pode acontecer, estamos aqui a debater o orçamento, mas não sabemos como controlar, como fiscalizar. E as empresas que contratam com a Prefeitura não têm controle. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos os que nos acompanham na tarde de hoje; eu primeiro gostaria de elogiar os colegas que subiram aqui preocupados com o orçamento, preocupados com a transparência deste governo em deixar claras as contas. Mas eu prestei atenção em alguns discursos que, me desculpem, eu anotei algumas palavras de um discurso. Num discurso aqui foram utilizadas as seguintes palavras: quimera, hecatombe econômica, retirar direitos, maneira perversa, desorganização institucional, proposital, massacre, o orçamento não é deficitário, não tem mais palco na Prefeitura. Desculpe, gente. Em primeiro lugar, dizer que o orçamento não é deficitário? A pessoa tem que voltar para a escola e fazer aulas de matemática. Porque se R\$ 918 milhões de déficit não é déficit? Bom, vamos discutir, inclusive, com os funcionários valorosos de carreira da Secretaria da Fazenda, que eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

não tenho por pessoas irresponsáveis. São R\$ 918 milhões de déficit. Eu quero lembrar a Ver.^a Sofia, que foi quem utilizou essas palavras, que, aqui ao lado, existe um prefeito do PT que também não paga, porque não tem recursos para pagar o seu funcionário em dia infelizmente. Ou vocês acham que o prefeito do PT, aqui da Grande Porto Alegre, São Leopoldo, faz isso por massacre ao funcionalismo público? Faz isso porque ele é perverso? Não! Faz porque, infelizmente, dinheiro não cresce em árvore; porque, infelizmente, lá o orçamento também está com déficit. É engraçado que eu não vejo a mesma vereadora subir aqui e dizer: “O meu prefeito do PT, com transparência, em São Leopoldo, tem um orçamento deficitário, ele não consegue pagar o seu funcionalismo infelizmente”. Não, ela não faz isso, porque aí ela não pode subir aqui e fazer o que ela faz.

Eu estou realmente cansado e acho que um monte de vereadoras e vereadores estão cansados com o populismo, com o discurso fácil. Eu vejo aqui hoje um empenho de ambas as partes para tentar, ao máximo, aprovar, dentro de um quadro financeiro terrível que existe... E não é exclusividade de Porto Alegre, eu me solidarizo com as deficiências que existem em São Leopoldo, e tenho certeza de que o prefeito de lá está fazendo o máximo que pode, como também me solidarizei várias vezes com o governador Sartori, que também tem déficit no Rio Grande do Sul, como existe em várias outras capitais e no Brasil inteiro.

Eu gostaria de fazer um apelo para que nós foquemos no que está sendo construído, nas aprovações do máximo de emendas que a gente conseguir, porque, realmente, a situação é de um déficit quase bilionário. Vamos, cada vez mais, reduzir o espaço para populismo e discursos fáceis. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente da Casa, Ver.^a Mônica; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão; eu creio que a preocupação do governo, em muitos casos, é pertinente. Mas, ao mesmo tempo, a falta de diálogo com a sociedade acaba transferindo para a Câmara Municipal, que é o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

Legislativo, a atribuição de atender a alguns segmentos da sociedade que se sentem muito excluídos e distantes da atenção do governo por não ter uma unidade de saúde concluída, por não ter uma escola infantil concluída, por não ter uma creche que viabilize o aumento de vagas. Não é por acaso que tem um número significativo de cidadãos esperando, e creio, nobre Ver. Moisés Barboza, que, com a flexibilização da lei federal aprovada no Congresso Federal no dia de ontem, que deverá ser sancionada pelo governo federal, vai ajudar os governos municipais a aumentarem a contribuição para suportar, por exemplo, a folha de pagamento do funcionalismo.

Tem muitas coisas que não se justificam. Às vezes, o governo ataca a Câmara ou desprestigia o Legislativo, não valorizando, não atendendo, ou até mesmo o próprio relator da peça orçamentária, não percebendo que a indicação que o vereador está fazendo não é para ele, é para a sociedade que se sente excluída de um processo de não participação. Olhem o que aconteceu com o atual governo: ele excluiu o Orçamento Participativo, tirou a execução de mais de duas mil obras priorizadas que deveriam estar sendo realizadas neste momento, e que, por uma justificativa financeira, ele disse que eram inviáveis. Eu poderia falar da unidade de saúde Chácara da Fumaça, da escola infantil da São José, da Conferência Municipal do Conselho Municipal de Saúde, eu poderia citar uma infinidade de questões como tantas outras apresentadas pelos vereadores. Se um vereador não pode ter a iniciativa de apresentá-las, adeus! Nem hoje, nem amanhã, nem nos quatro anos de governo! O debate é propício, é importante, é salutar. A sinalização do governo, como está sendo feita agora, de aceitar algumas emendas, dialoga com esses segmentos excluídos, é verdade, excluídos, que nem sempre são vistos pelos governos.

Apesar de ser um valor volumoso, mais de R\$ 7 bilhões, o governo diz que, com aquilo que tem, que não foi empenhado, a peça orçamentária já apresentaria mais de R\$ 800 milhões de déficit; ele não corresponde com a realidade. Vou dar um exemplo: os senhores acham que é justo o governo gastar R\$ 34 milhões com publicidade? Eu creio que não, é inadmissível. Vai divulgar o que de bom que está fazendo, gastando todo esse recurso? É preciso olhar muito mais a sociedade, porque a sociedade está esquecida. Nesse sentido, a peça orçamentária pode ser, ou é, em discussão geral, um grão de areia, é muito pequena para poder perceber que este governo não tem marca de grandes obras, de projetos importantes para a Cidade. Esperamos que o discurso caia, e ele tente

viabilizar o que estava no discurso de campanha, porque nós temos só mais dois anos. Estes dois anos não são só para realizar obras, mas para reconhecer que ser prefeito da Cidade não é governar só para alguns, com consultorias e obras dirigidas, é para todos os cidadãos da nossa Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, nossos telespectadores e ouvintes; estamos discutindo nosso projeto de lei do orçamento anual para 2019 com seus déficits e com suas contas apresentadas. E nós estamos aqui também discutindo e avaliando 133 emendas, das quais o nobre Ver. Nedel propõe a aprovação de 29 e a rejeição de 104. Essas emendas com proposta de rejeição retornam ao plenário com 12 assinaturas, e nós estamos aqui com uma série bastante grande de emendas com essas assinaturas. Nós precisamos compreender, sabemos disso, que as emendas devem alcançar e respeitar algumas regras. A primeira: para quem será destinada essa parcela de recursos? Temos que analisar se a instituição que vai receber pode receber esse recurso. A segunda questão é a avaliação de saldos de cada conta, para nós, daqui a pouco, não retirarmos recursos da conta, deixá-la negativa, porque isso seria impossível. A terceira questão trata dos limites. Nós temos limites constitucionais mínimos de investimento e nós temos limites, inclusive, legais. A LOA, nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, também estabelece alguns limites. Respeitado isso, com esse número de emendas que nós temos, pelo que nós estamos acompanhando, eu acompanho a posição do Ver. Cassiá Carpes, que foi um dos primeiros a se manifestar. Precisa compreender, Executivo e Legislativo, o tamanho dessa discussão.

Temos prazos para apresentação desses projetos, e o melhor caminho é o diálogo. Qual é a proposta que sempre encaminhei aqui e que se direciona para esse sentido? É buscarmos a apresentação e a aprovação de emendas de todos, ou da maioria dos vereadores que apresentaram suas emendas, e apresentar, por exemplo, uma para cada vereador; essas nós votaríamos favoravelmente, e, com isso, nós teríamos a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

possibilidade de acelerar esse processo, porque todas as emendas aqui apresentadas têm mérito. Agora, nós temos que ver limites de cada gasto que aí se propõe, e nós temos que ver a questão de como aprovar isso legal, não ferir a legislação.

Também concordo com o Ver. Oliboni, quando ele fala das obras do Orçamento Participativo. Se não tiver recursos, Ver. Oliboni, para encaminhar todas as propostas apresentadas e aprovadas de uma só tacada, ao menos que se retome essas obras aos poucos, para valorizar a participação popular em Porto Alegre, que é o marco e o exemplo mundial. Abandonar o Orçamento Participativo é um erro crasso para a nossa Cidade, pela marca com que ele nos transformou, nos tornou uma Cidade mundialmente conhecida. Portanto, é uma pauta que merece uma discussão bastante grande.

E para concluir, eu vou falar também do nosso Ver. Maroni, quando fala nos animais, e eu acompanhei bastante de perto essa matéria e concordo com ela na íntegra, pois acontecem crimes contra animais de minuto a minuto aqui neste País, e o caso tomou a proporção que tomou pelo que aconteceu, pela brutalidade com que aconteceu, e, antes de mais nada, porque se teve a oportunidade de filmar algumas coisas, mas nada vai acontecer. Por isso, vereador, nós deveríamos aprovar uma emenda sua, como uma demonstração da nossa Câmara de que estamos atentos a tudo que acontece aqui na Cidade, pelo Município, pela pessoa humana, pelo desenvolvimento econômico e social, e também, especialmente, pelos animais da nossa Cidade. Vou dizer para vocês: morava numa rua, e um cachorrinho foi atropelado. Peguei o cachorro, levei para um hospital e gastei um monte. No dia seguinte, disse: vou falar com a vizinhança para ver se fazemos uma vaquinha e salvar o cachorrinho. Todos estavam de janela fechada, espiando pela grade; ninguém abriu a janela, nem sequer uma fresta para não pagar R\$ 10,00 e ajudar a salvar aquela vida. Portanto, aproveemos, Ver. Maroni, uma emenda para os animais, para mostrar que Porto Alegre é Porto Alegre e é diferente. Aquele abraço. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspende-se a sessão às 16h04min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (16h50min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; hoje nós estamos votando, com certeza, o projeto de lei mais importante desta Casa, que é a lei do orçamento, o que sempre causa bastante discussão justamente pela sua importância. Os vereadores sempre procuram ajustar o orçamento através de emendas parlamentares, e a previsão do orçamento para o ano de 2019 é de R\$ 7,491 bilhões, e da despesa é de R\$ 8,409 bilhões. Então, se não conseguirmos melhorar a nossa receita nem diminuir as nossas despesas, teremos um déficit de R\$ 918,224 milhões. A Prefeitura já tem a previsão de déficit, para o ano de 2019 de quase R\$ 1 bilhão. As emendas apresentadas pelos vereadores são analisadas, primeiramente, pelo relator da CEFOR, que, neste ano, é o Ver. João Carlos Nedel. Na CEFOR, das 166 emendas apresentadas, foram aprovadas 29 emendas; agora veio para o plenário mais um conjunto de 137 emendas. Através do diálogo com o líder do governo, com a Fazenda e os vereadores, chegamos ao consenso de formarmos blocos para discutir e votar, tendo em vista que as 137 emendas estavam destacadas, e decidiu-se, então, dividir as emendas em quatro blocos. Primeiro, serão discutidas e votadas essas 4 emendas destacadas: a do Ver. João Bosco Vaz; a do Ver. André Carús, a do Ver. Mendes Ribeiro e a Emenda nº 107, que é coletiva. Após, discutiremos e votaremos o bloco de emendas que foram rejeitadas; depois, o bloco das emendas que serão aprovadas, de autoria de diversos vereadores. Somando-se, nesse bloco, nós vamos aprovar R\$ 9,230 milhões que serão modificados pela vontade dos vereadores das mais diversas bancadas. Nós temos emendas que serão aprovadas do PT, do PSOL, do PRB, do MDB e do NOVO. Então nós chegamos, através da discussão, do bom diálogo com todos os vereadores, ao acordo de aprovar essas emendas que somam quase R\$ 10 milhões no orçamento do Município.

Posteriormente à aprovação desse terceiro bloco, votaremos o quarto bloco, que são as emendas que já foram aprovadas na CEFOR pelo Ver. João Carlos Nedel, relator. Ao final, votaremos o projeto. Talvez o projeto possa ser votado junto com as emendas já aprovadas na CEFOR. Então nós queremos agradecer a compreensão dos vereadores que abriram mão de emendas que consideravam importantes, que entenderam a posição do governo e da Secretaria da Fazenda na grande maioria de suas emendas, vindo a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

dificuldade do governo, tendo em vista que nós temos um déficit de quase R\$ 1 bilhão. Três vereadores combinaram com os demais vereadores em baixar os valores das suas emendas, deixando a janela aberta, para, dessa forma, poderem aprovar as suas emendas e, dentro das possibilidades do governo, melhorar receita, diminuir a despesa. Agradecemos a compreensão dos vereadores e vamos, a partir de agora, votar. Muito obrigado, um bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Ricardo Gomes (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, senhoras e senhores, no dia de ontem nós perdemos um colega, a cidade de Porto Alegre perdeu um vereador e a comunidade desportiva do Rio Grande do Sul perdeu um de seus maiores atletas. Eu gostaria de solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do Ver. Tarciso Flecha Negra e convidar os colegas da Casa para que façamos uma singela homenagem, depositando algumas flores na cadeira desse colega, que ficará para sempre marcado na memória do Estado, do futebol mundial e certamente desta Câmara e de seus colegas. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 010/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, depois deste momento emocionante que o colega Ver. Ricardo teve a ideia de fazer e nos proporcionou, eu queria falar sobre o dia de hoje, sobre a votação do orçamento da Cidade. Eu não apresentei nenhuma emenda, mas não quero nenhum mérito por causa disso – todo mundo tem direito de apresentar emendas. Eu queria propor aos meus queridos colegas vereadores de situação e de oposição para que, a cada ano, não se faça isso que estamos fazendo: discutir, disputar, pedir “por favor” uma emenda. Por que nós não fizemos como todos os Parlamentos? São 36 vereadores, cada vereador tem o direito de “x” emendas para projetos justificáveis. Não seria necessário

enlouquecer um relator do orçamento, por exemplo, de tanto trabalhar, meu querido companheiro de CEFOR, Ver. Nedel; se tivéssemos isso pré-determinado para todos os Vereadores, não para situação ou oposição, para todos, para todos os 36 Vereadores. Sei, lá tem 20, 300, 500, eu não sei qual é o valor, mas cheguemos a um denominador comum, para que não precise fazer isso que estamos fazendo sempre. A grande e esmagadora maioria das emendas não é aprovada; e, daquelas que são aprovadas, a grande e esmagadora maioria não é cumprida. Então, para que vamos fazer este teatro, que é sério? Cada um faz, não é para ser artista, mas acaba virando um teatro. Eu não gostaria mais de, no próximo ano, fazer uma votação e uma discussão como estamos fazendo agora, nesse molde de faz de conta: eu faço de conta que apresento a emenda, até de boa-fé – não acredito em nenhuma emenda seja de má-fé –, sabendo que eu tenho 90% de chance de não aprová-la, de não empenhá-la.

Então, queria pedir aos meus queridos colegas vereadores: não sei como se pode fazer isso, se parte do Executivo, se parte do Legislativo, mas se estabelecer que cada vereador eleito tenha o direito de escolher para onde quer direcionar sua emenda ou as suas emendas, por um valor “x”, igual, tanto para o líder do governo, como para o líder de oposição, igual para os 36 Vereadores. Aí, tenho certeza de que a Cidade ganhará, porque os vereadores sabem onde é mais necessário botar um dinheirinho, os vereadores conhecem as suas regiões, qual é a entidade que precisa mais. Eu tenho certeza de que os critérios serão melhor escolhidos ou serão bem escolhidos, porque os que fazem agora também escolhem bem! Só que não adianta fazer emendas de R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 5 milhões, que não vão ser cumpridas! Que se faça uma de R\$ 50 mil ou R\$ 100 mil que sejam cumpridas, pelo menos a gente mostra a emenda que será cumprida no próximo ano! Era essa a minha humilde sugestão para que não se faça sempre este teatro a cada votação do orçamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, sobre a fala do Ver. Idenir Cecchim, eu penso que nós temos que encaminhar para as emendas impositivas. Mas esta emenda que faço para o carnaval aqui é quase que uma emenda impositiva, vereador! Eu só estou apresentando esta emenda porque o governo mandou para esta Casa, e este plenário aprovou, a realização do carnaval de Porto Alegre para 2018, 2019, 2020 e 2021. E o governo colocou mais ainda: estimativa de público para 2018, 28 mil pessoas; para 2019, 28 mil pessoas; para 2020, 30 mil pessoas; para 2021, 30 mil pessoas. Não bastasse isso, meus colegas vereadores e vereadoras, o Prefeito botou na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, está aqui. (Mostra lei.) “Realização do carnaval de Porto Alegre.” E os senhores e as senhoras sabem que, quando isso acontece, e vem o orçamento para cá, nós temos que fazer a emenda para cumprir isso que o governo decidiu. Não fomos nós, não foram os carnavalescos que aqui estão; foi a Prefeitura que mandou para cá, foi o governo Marchezan que botou no Plano Plurianual a ação carnaval, e botou na Lei de Diretrizes Orçamentárias. E ontem eu falei aqui com o secretário Busatto, falei com o vice-prefeito Paim, expliquei para eles, e eles ainda me disseram: “Alguém se passou nessa jogada”. Como vi que isso estava escrito, junto com o Zé Reis, que ali está, que é assessor da Bancada do PT, nós combinamos que iríamos ficar quietos os dois, porque seria aprovada. Ficamos quietos, e foi aprovada.

Então, esta não é uma emenda demagógica, como me acusaram no ano passado, porque nós aprovamos aqui a emenda no ano passado de R\$ 1 milhão, foi vetada, e depois mantiveram o veto com o voto de um vereador que se diz do carnaval, que depois me atacou no Facebook dizendo que era demagogia, porque ele foi atacado, porque votou contra. Não, eu não faço demagogia, eu faço é samba, eu faço amizade indo às entidades. É por isso que eu defendo a cultura popular – não é o carnaval em si, a cultura popular toda foi destruída, não tem mais descentralização, não tem mais som, não tem mais o caminhão palco, não tem nada! Então se o governo se engana, vamos lá, vamos aceitar que se enganou, mas está no papel! E eu falei isso com o ex-líder aqui, o Ver. Moisés, falei com o líder, Ver. Mauro Pinheiro, e vi o Mauro Pinheiro falando com os assessores que aqui estão, dizendo para eles claramente: “Olha, vocês deram a brecha que o Bosco precisava”.

Então, eu quero pedir os votos dos amigos vereadores, das amigas vereadoras, é uma emenda que não é dinheiro para as escolas de samba, não é cachê para as escolas de samba, é um dinheiro para cumprir a Lei Dilamar Machado, que está vigente. Inclusive me ligou, há pouco, o vice-prefeito, eu ainda passei o telefone para o presidente Juarez, que está com o Maia lá, está presente o mestre Nilton também, o presidente dos Bambas da Orgia. Eu disse a ele: olha, se vocês não querem esta emenda e botaram no papel, mandem um projeto para cá para extinguir a Lei Dilamar Machado. Porque, se a lei está vigente, tem que cumprir a lei – e a lei está vigente! Com essa lei vigente, mais os documentos que a própria Prefeitura mandou colocando a ação carnaval, eu fiz essa emenda de R\$ 1 milhão para montar arquibancada, para colocar som. É isso! Então, eu quero pedir o voto aqui, a compreensão de todos e de todas, porque é importante, pessoal, as pessoas se doam o ano todo, trabalham o ano todo para poder se divertir no carnaval, e nós estamos com essa situação. Nunca aconteceu isso em 70 anos, nunca deixou de ter desfile de escola de samba, nunca deixou de ter bloco pelas ruas de Porto Alegre, e nós estamos enfrentando essas dificuldades. Peço o apoio de todos para que possamos aprovar essa emenda e que o prefeito, em cima desses documentos que ele mesmo mandou para cá, para os quais teve o apoio, inclusive da base, que ele decida, sim ou não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver.^a Mônica, cumprimento aqui os representantes da Federação das Escolas de Samba, queridos e queridas municipais e municipais. Tenho certeza de que vocês compreendem, talvez o prefeito diga: “Ah, eu não tenho dinheiro para isso e vou botar dinheiro no carnaval”. Prefere que a juventude esteja na violência, nas drogas, no assalto, na ociosidade, do que construindo dentro da economia da cultura, possivelmente, uma alternativa de vida, seja trabalhando nas alegorias, nas diferentes áreas que são necessárias para elas, como da música, da percussão, da dança, enfim, toda essa dimensão que o carnaval traz, além do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

congraçamento comunitário e social que as escolas de samba de Porto Alegre mantêm, sem recursos, na periferia da Cidade, com perfil popular, inclusivo e familiar.

O valor extraordinário desse trabalho, receber esse ataque mortal do ano passado, esse ano era impensável. Quando fizemos toda aquela luta nos últimos anos do governo Verle, para finalmente ter um lugar para os desfiles para escola de samba, vimos o tamanho do preconceito, ao se tentar um lugar aqui no Menino Deus; depois, a generosidade do Humaitá, da Restinga, que disputaram, que se dispuseram e que queriam.

Nós sabemos, e vocês sabiam, com certeza, Juarez, que não ia ser fácil fazer um espaço descentralizado num lugar descentralizado, empobrecido, desprestigiado, que não é a vista da sociedade, vamos dizer assim, melhor localizada na Cidade. Mas nós tínhamos um sonho e vocês tinham um sonho da universidade do carnaval, das atividades o ano inteiro, da inclusão das comunidades da Zona Norte, no trabalho durante o ano inteiro, nas escolas de samba. E tiveram um ganho importante que foram os galpões das escolas de samba, os espaços para guardar o seu material, parte das suas obras de arte que desfilam na avenida, e poderem elaborar e trabalhar junto ao espaço do desfile. Ora, nem mel, nem porongo. E é essa a situação, Ver. Bosco, que eu quero aqui tratar, que V. Exa. não tratou. Está tudo formal, tem previsão orçamentária na LDO, mas tem um problema seriíssimo. O ano passado teve então a alternativa PPP. O prefeito, que eu considero um síndico, ele acha que é uma massa falida, e vai fazendo concessão de praças, parques, Mercado Público, escolas, enfim, o que puder privatizar, e só acha que tem essa alternativa. Então, no ano passado, as escolas de samba até aceitaram esse desafio. Nós vamos receber então no Porto Seco, no centro de eventos, o carnaval, e vamos buscar parcerias. Nós alertávamos que é um problema, vamos colocar garantias.

Em que estado da arte que nós estamos, Ver. Pujol? Lá na CECE vemos a indignação das escolas de samba. A Prefeitura não fez a entrega formal, há o local, mas os galpões, o espaço está abandonado institucionalmente, com mato, sem luz, sem segurança e não tem como as escolas de samba – porque não receberam plenamente – tomarem a sua própria gestão, fazerem um projeto de concessão, de lei de incentivo, não tem. Então a Prefeitura não faz, não deixa fazer, mas, mais grave do que isso, deixa degradar. Nós estamos perdendo recursos públicos investidos lá na Zona Norte. Nem os sonhos do carnaval, das escolas, foram atendidos, nem a preservação mínima do investimento nem a viabilidade mínima da realização do carnaval, porque tiraram de vocês tudo, tudo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

Tiraram os recursos que as escolas recebiam anualmente, tiraram o empenho, a articulação das diferentes secretarias para viabilizar o espaço e tiraram a possibilidade de vocês mesmos assumirem o espaço e buscarem parcerias. Afinal de contas, prefeito municipal, que responsabilidade tu tens com a história da Cidade, com a cultura popular? Então, Ver. Bosco, a nossa bancada vai votar com V. Exa. em repúdio a esse absoluto descaso, a esse ataque à cultura popular e ao carnaval na cidade de Porto Alegre.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADA por 15 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Vereador Mendes Ribeiro (PDB): Presidente, eu vou entregar a minha declaração de voto por escrito, mas quero deixar claro que eu estou votando esta emenda porque é para estrutura do carnaval. (Lê.): “Votei a favor da Emenda nº 01 ao projeto por entender que a verba estabelecida em tal proposição será destinada, exclusivamente, para custear as estruturas necessárias para a realização do Carnaval de Porto Alegre, nos termos do art. 3º da Lei nº 6619/90, na qual estabelece que ‘os desfiles de agremiações carnavalescas serão realizados em logradouros públicos deste Município, com as condições de infraestrutura e ornamentação colocadas à disposição pelo Executivo Municipal’. Porto Alegre, 6 de dezembro de 2018, Ver. Mendes Ribeiro.”

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Mendes Ribeiro.
Em votação a Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de maneira muito rápida, esta emenda, Ver. Mauro Pinheiro, é uma emenda que nós apresentamos também no ano passado, foi aprovada, logo em seguida, vetada. Derrubamos o veto, mas infelizmente não foi cumprida pelo Poder Executivo. É uma emenda que garante recursos para a nomeação de mais 100 novos guardas municipais, entre os 290 que foram aprovados no último concurso público realizado pela Prefeitura. E

pág. 29

não é só para satisfazer o desejo de ingresso no serviço público desses aprovados, é também por isso, mas principalmente porque há um déficit de atuação da Guarda Municipal na cidade. E os casos de violência, sobretudo em próprios municipais como as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (Palmas.), nas unidades de saúde, na Atenção Primária são quase que diários. Servidores de nível médio ou superior estão deixando de trabalhar em locais que estavam lotados há quase 20 anos, em diversas situações, porque se sentem inseguros. E a Guarda nada mais tem que fazer do que zelar pelo patrimônio público do Município. Então peço mais uma vez o apoio dos colegas Vereadores, das colegas Vereadoras, sei que têm emendas também de autoria do Ver. Felipe Camozzato, colega Cláudio Conceição, que destinam recursos para mais uniformes, mais armamentos para a Guarda, o que também é importante, mas o discurso de priorizar a segurança, muito embora ela não seja de competência exclusiva do Município, ela é muito mais de competência do Estado, mas o Município tem as suas responsabilidades, e, dentre elas, está a sua Guarda. E sem um efetivo mais qualificado, porque, do contrário, não se teria feito um concurso há pouco anos. Peço o apoio dos colegas na aprovação da Emenda nº 40, para que nós possamos ampliar o efetivo da Guarda. Por uma cidade mais segura, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADORA SÓFICA CAVEDON (PT): Vereadora, eu serei breve. Quero valorizar essa emenda, Ver. Carús. Falava com o Prof. Alex que nós tivemos o relançamento da Frente Segurança nas Escolas, nos tivemos reunião da Comissão de Educação sobre segurança nas Escolas, a Frencoop, a Frente de Segurança que a Comandante Nádia preside. Todas essas instâncias, neste ano, Nedel, trabalharam a necessidade de nomeação na Guarda Municipal. Ver. Prof. Alex confirma. Quantas situações de violência direta com professores, nós tivemos? Muitas! Nós estamos com escolas pedindo visitas, porque a violência está no entorno, na chegada dos pais e nas saídas dos professores, como na Escola São Expedito, na Zona Norte. Nós temos muitos cargos vagos de guarda municipal, estava tentando achar o número, mas não achei. São muitos cargos vagos.

Nós tivemos a deliberada política de centralizar a Guarda aqui na Romu. No início do ano passado, 80 guardas foram retirados da periferia, retirados dos postos de saúde, da SMED, da assistência social e de centros comunitários. Tem centro comunitário que passa a chave, bota cadeado, para não ter bandido entrando, tiroteio, enquanto está atendendo crianças, atendendo idosos. Então, gente, precisa nomear guarda municipal. Ninguém me convence de contratar privado, como agora o secretário Adriano anunciou, que vai contatar guarda privada. Agora, segurança privada na porta da escola, Ver.^a Mônica, é muito grave, não conhece a comunidade, não vai se relacionar, é de uma empresa. Nós queremos o guarda, Ricardo Gomes, ele é mais barato que contratar terceirizada, tem mais segurança, trabalha aquela comunidade em parceria com a Brigada Militar. Foram muitas situações de violência: professora que perdeu dentes, professores que tiveram o rosto machucado, porque nós não estamos com um guarda permanente, dialogando com a comunidade, estabelecendo autoridade lá.

Parece-me muito pertinente e necessária a aprovação desta emenda e a mudança de política do prefeito municipal em relação à Guarda Municipal. Não dá para ficar cuidando de orla, de camelô e reprimindo o movimento social e abandonar o servidor público na periferia da Cidade, que é o que o prefeito está fazendo.

(Não revisada pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, prometo que serei bastante breve na minha fala. A emenda de autoria do Ver. André Carús é extremamente importante para a nossa Cidade. Desde o ano de 2014, o Estatuto Geral da Guarda Municipal, Lei Federal nº 13.022, estabeleceu novas diretrizes de atuações para guardas municipais, colocando o Município como colaborar direto das políticas públicas de segurança. Portanto, tendo novas atribuições, a nossa Guarda Municipal é, neste momento, imprescindível nas nossas ruas, nas nossas escolas, nos postos de saúde desta Capital. Alguns vereadores talvez lembrem: três anos atrás, houve um grande tiroteio na frente do PACS, o Pronto Atendimento ali na Cruzeiro do Sul. Durante esse processo, esse tiroteio, a guarda terceirizada, o serviço de segurança terceirizada

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

buscou refúgio no interior do PACS. Fecharam as portas do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul e chamaram a Guarda Municipal. Ou seja, a estratégia do governo de colocar guarda privada, de colocar segurança privada nas escolas não retirou a atribuição de zelar pela segurança e colaborar com a integridade física dos servidores públicos, dos espaços públicos, dos próprios municipais e da população atendida pelos serviços públicos prestados ao povo.

Portanto, apoiamos a iniciativa do Ver. André Carús, esperamos que nós tenhamos registrado no orçamento para 2019 essa quantia para nomeação dos guardas que já estão aprovados e aguardando o chamamento do último concurso público. Um grande abraço a todos e vamos à votação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADA por 19 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 81, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e na TVCâmara, eu já falei um pouquinho na discussão sobre esta emenda, mas agora venho aqui para encaminhar e defender. Como eu disse antes, esta emenda não é para engessar o governo, e sim para dar transparência, tornar o orçamento mais real, fazer com que sejam mais bem alocados os recursos e com que se possa dividir com a Câmara Municipal de Vereadores a responsabilidade de alocar o recurso na cidade de Porto Alegre. Nós temos R\$ 840 milhões que são suplementados sem o conhecimento da Câmara Municipal. Eu estou trazendo para 5%, R\$ 400 milhões apenas para aportar, para suplementar sem o conhecimento da Câmara. Nós somos um órgão fiscalizador. Por que não participarmos dessa discussão? Por que deixar R\$ 840 milhões serem alocados sem o conhecimento desta Casa? Então, o objetivo desta emenda é clara: é transparência, é alocar melhores recursos, é tornar o orçamento mais real e é dividir conosco essa responsabilidade. Por isso, eu peço a todos os colegas vereadores, e quero dizer à minha bancada do MDB que

fiquem tranquilos, votem conforme a consciência de vocês, porque essa emenda é de convicção deste vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 81, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, eu tenho acompanhado a votação sempre com a orientação da liderança do governo. Eu quero apenas aqui fazer uma homenagem ao Ver. Mendes Ribeiro e dizer que vou acompanhá-lo na votação dessa emenda, em primeiro porque ela não atrapalha os planos do Executivo, de forma alguma ela desconfigura o orçamento apresentado pelo Executivo; pelo contrário, o que de fato desconfigura o que é aprovado nesta Casa é uma margem de manobra tão grande de 10% do orçamento, que, neste orçamento aqui, beira os R\$ 840 milhões, um valor de uma monta tal que, se nós estamos aqui debatendo emendas de R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão ou R\$ 2 milhões, como não debater a realocação de R\$ 840 milhões dentro do orçamento do Município de Porto Alegre? Então, essa medida salutar – volto a parabenizar o vereador – é positiva, reduzindo de 10% para 5% do orçamento aquilo que fica já pré-autorizado para realocação pelo poder Executivo, e uma realocação de recursos dessa monta, se se fizer necessária por alguma imprevisão que ocorra durante o ano, que seja trazida à Casa, que saberá analisar e atender alocando os recursos de forma a manter essa unidade fiscal no Município de Porto Alegre. Então, não se trata aqui de qualquer alocação substancial de recursos feita pela emenda, porque é uma emenda normativa e não locativa: não está dizendo para onde vai o dinheiro, está regrido a aplicação do orçamento ao reduzir de 10% para 5% o valor disponível pré-autorizado para que o Executivo faça o manejo de uma rubrica a outra.

Eu sou favorável, vou votar “sim” na emenda que estamos discutindo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 81, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimada presidente Mônica, ilustre amigo Ver. Mendes Ribeiro, também Ver. Ricardo Gomes; a exposição feita aqui favorável à emenda diz que o Executivo pode aumentar o valor até 10% do orçamento. Isso implica dizer R\$ 800 milhões, conforme falou o próprio Ver. Ricardo. Significa dizer que o Prefeito em janeiro, fevereiro, março, abril, de uma tacada só, aumentasse R\$ 800 milhões, e não é assim que as coisas acontecem. São 10% por rubrica. Daqui a pouco, o Prefeito tem lá autorizado por nós uma rubrica de R\$ 50 milhões para aplicar num determinado serviço e, na verdade, se por contingência qualquer precisa reajustar a verba orçamentária, ele pode reajustar 10% daquela verba: de R\$ 50 mil poderia passar para R\$ 55 mil. E, se nós aprovarmos a emenda do Ver. Mendes, ele teria possibilidade de ajustar, naquela rubrica, apenas R\$ 2,5 mil. Isso inviabilizaria, dificultaria extraordinariamente a gestão das contas do orçamento da Prefeitura. Portanto, vamos manter os 10%, que é um valor razoável, porque ele aumenta na rubrica. Ele não pode aumentar no total de R\$ 8 milhões, é claro, ele aumenta 10% por rubrica; daqui a pouco, a própria rubrica de pessoal. Tem lá R\$ 1 milhão, precisa R\$ 100 mil a mais para esse mês, ele vai ter que aumentar só R\$ 50 mil, vai faltar recurso orçamentário, e ele necessariamente vai encaminhar para Câmara e, com certeza, a Câmara vai aprovar. Portanto, deixemos 10%, que não é bem assim. Um abraço a todos. Vou votar contra a emenda, com respeito e admiração que tenho pelo Ver. Mendes. Aquele abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 81, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADA por 12 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta é uma emenda coletiva, inclusive consta nos gráficos das emendas; não é emenda popular, nem emenda de vereador, é uma emenda coletiva em que 17 vereadores assinaram. É uma emenda que vem demandada pela categoria dos funcionários públicos municipais e ela é uma previsão, ela determina ou inclui num artigo,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
024ª Sessão Extraordinária 06DEZ 2018

onde couber, no exercício de 2019, para que fique assegurada a reposição dos índices inflacionários devidos nas datas-base dos exercícios de 2017 e 2018, mediante a revisão anual geral da remuneração dos servidores públicos e do subsídio que trata o § 4º, do art. 39 da Constituição Federal. Muitos vereadores assinaram por ser necessário que a peça orçamentária preveja, sim, a recomposição da inflação nos salários dos servidores. Se nós aqui estamos trabalhando um orçamento, que tem a força que tem, em mais de R\$ 7 bilhões, em que foi possível visualizar uma atualização monetária total do orçamento, dos vários tributos do orçamento próprio e do orçamento de transferências, que foram, com certeza, todos atualizados pela inflação do ano anterior. É justo e necessário que o principal investimento desse orçamento seja o servidor, que é o que está lá na ponta, que atende o aluno, que atende o paciente, que atende as pessoas com dor, que recolhe o lixo da nossa Cidade, que planeja a nossa Cidade, que faz todo o manejo da área verde da nossa Cidade, do licenciamento dos projetos. Esse servidor é o principal investimento que uma prefeitura tem, e o principal serviço, o principal produto a entregar a sua Cidade e aos seus cidadãos. Portanto, trata-se de atualizar, como estão atualizados todos os outros itens do orçamento público, também esse que é o item mais importante, o mais relevante. Não há nem como gastar bens se não há funcionalismo para fazer projetos, fiscalizar, contratar nem PPPs, nem terceirização de serviços.

Quero chamar atenção que ontem, na Câmara Federal, foi aprovada uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, Ver. Mauro Zacher, ampliando o percentual possível de comprometimento de pessoal. Não sei se todos prestaram atenção nessa importante alteração. O limite prudencial agora passa a ser de 60% de gasto com pessoal, não os 54, com a prudencial 52, enfim. Nós temos uma alteração substantiva, e essa alteração de limite de gasto pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, com certeza, foi uma demanda dos municípios do País inteiro, que trabalharam com seus deputados, exatamente no sentido de que pagar pessoal é um serviço fundamental que as prefeituras têm a entregar. Portanto, esta emenda está, sim, atendendo a uma compreensão que está refletida na votação de ontem, que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal, e esta lei é muito importante, porque implica em proibidade administrativa, em demissões de funcionários, quando não cumprida, de CCs. Nós sabemos que essa é uma das leis que é mais severa com os prefeitos. Então, o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal se ampliou para os municípios investirem em funcionalismo, e eu acho que nós, então,

pág. 35

estamos completamente dentro da lei quando indicamos que se o orçamento é reajustado – e não é um reajuste, ele é atualizado –, também o gasto com pessoal, o salário dos servidores, deve ser atualizado. Então, assim como esta emenda é uma emenda de construção coletiva, espero que esta Câmara, majoritariamente, possa fazer essa indicação ao prefeito municipal.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Quero ser breve, colegas municipais que nos acompanham a tarde inteira, vereadores e vereadoras. Essa emenda apenas adéqua o que está garantido na legislação de Porto Alegre, que seria a necessidade da reposição inflacionária dos salários dos servidores públicos municipais. O governo Marchezan tentou tirar esse direito a partir de um projeto de lei e foi fragorosamente derrotado aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Não contente, não cumpriu o que estava previsto na legislação, e o argumento, infelizmente, tem sido, ao longo desses anos todos de mandato da gestão do governo Marchezan, a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, já trazida aqui pela Ver.^a Sofia Cavedon. Tem um condicionante no projeto aprovado na Câmara que é a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios aos municípios, fato que ocorreu em Porto Alegre – estava conversando com o Zezinho sobre o tema, faz anos que vêm diminuindo os repasses do governo federal ao Município da nossa Cidade. Então, Porto Alegre tem uma margem agora maior de endividamento, de uma lei que a gente sabe que, infelizmente, significou a redução dos investimentos dos serviços prestados à população. E, ao mesmo tempo, nós temos uma situação dramática que é o congelamento do salário dos servidores ao longo dos anos, enquanto a inflação segue aumentando, enquanto, em alguns casos, nós tivemos a redução de salários, seja com o aumento da participação dos municipais na alíquota do Previmpa, que é uma redução do salário, à medida que não aumenta a reposição da inflação; tivemos a redução das horas extras para vários servidores do DMLU, para servidores da saúde, que é óbvio que é um impacto real nos salários, porque acabam sendo salários da categoria; e tivemos também essa política

pág. 36

draconiana de parcelamento dos salários, que faz com que as pessoas percam, inclusive, no que diz respeito ao endividamento.

Então, essa emenda, assinada por muitos parlamentares, nós esperamos que seja aprovada pelos vereadores da Casa, pelos vereadores que assinam e pelos vereadores que têm alguma vinculação com os servidores públicos, como o Ver. Paulinho Motorista, os vereadores do PRB, o Ver. Cláudio Conceição, que é servidor do Estado, aqui a defesa dos servidores do Município, para que a gente possa ter essa importante sinalização para os municípios de Porto Alegre, e, muito mais do que isso, a possibilidade no orçamento para incorporação de, no mínimo, a reposição da inflação. Então, a bancada do PSOL obviamente votará a favor: eu, o Ver. Roberto Robaina e o Ver. Prof. Alex Fraga, mas muito do que isso, esperamos que a ampla maioria dos vereadores também votem a favor desta emenda importante. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, só para esclarecer o que diz o artigo 4º do PLE nº 010/18 - (Lê.): “ Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, nos arts. 7º, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, e no art. 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, autorizado a: I – abrir, na Lei Orçamentária de 2019, créditos suplementares, conforme segue: a) no máximo 10% (dez por cento) do total da despesa autorizada; b) para atender a reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes”. Já há lei tratando de reajuste, portanto a emenda que está se discutindo é desnecessária e sem efeitos, porque já está previsto no orçamento a condição de fazer a complementação orçamentária para atender o reajuste, sendo previstas as condições de reajuste na legislação ordinária. Se tal não se cumpre é porque dinheiro não há, não é por falta de previsão orçamentária! A previsão no orçamento já existe; não é por falta dela que não se dá o reajuste, é por falta de dinheiro para atender, apenas por isso, Sra. Presidente! Do ponto de vista legal, é inútil a presente emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 010/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu tenho aprendido nesses anos, não só na política, como na vida, que o óbvio precisa ser dito. Aqui nada mais se está fazendo do que dizer o óbvio, mas o óbvio precisa ser dito. É fundamental que esta Casa também faça um gesto simbólico no sentido de dizer ao conjunto da Cidade o que quer para o próximo ano. Esta Câmara, tenho certeza, quer a meritocracia, quer que o tempo de serviço público, a valorização do serviço público e a sua melhoria na Cidade sejam a tônica. E por isso deve votar favoravelmente a esta emenda. Eu entendo parcialmente o que diz o Ver. Ricardo Gomes, mas eu diverjo da sua conclusão. Das suas duas premissas, com uma eu concordo e acredito que é verdadeira; mas acabo divergindo da outra premissa, portanto acabo divergindo da conclusão. Por quê? Porque o óbvio precisa ser dito – é isso que esta emenda está dizendo. Esta emenda está dizendo o óbvio que precisa ser dito e nesta Câmara, na nossa opinião, os vereadores que assinaram esta emenda têm a obrigação de sinalizar para a população de Porto Alegre que ela apoia não os servidores públicos, mas o serviço público de qualidade na nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein, a Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 15 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria da Mesa Diretora e dos Srs. Líderes de bancadas, solicitando a formação do bloco nº 1, composto pelas Emendas nºs 03, 22, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 43, 46, 47, 53, 59, 60, 62, 63, 64, 70, 76, 77, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 94, 97, 106, 108, 110, 120, 125, 129, 130, 131 e 133, destacadas, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h04min.).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (18h10min) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação a formação do bloco 1 de emendas ao PLE nº 010/18. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, as matérias constantes do bloco 1. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM.**

Em votação o Requerimento de autoria da Mesa Diretora e dos Srs. Líderes de bancadas, solicitando a formação do bloco nº 2, composto pelas Emendas nºs 02, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14,15, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 30, 35, 37, 42, 44, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 85, 91, 95, 96, 98, 103, 105, 112, 113, 114, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128 e 132; e Subemenda nº 01 à Emenda nº 14, destacadas, ao PLE nº 010/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação as matérias constantes do bloco 2. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO.**

Aprego o termo de anuência de ajuste de valores das Emendas nº 59 e nº 131 ao PLE nº 010/18, assinada pelos senhores líderes de bancada.

Aprego o termo de anuência de ajuste de valores à Emenda nº 83 ao PLE nº 101/18, assinada pelos senhores líderes de bancada.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 010/18 e as Emendas nºs 06, 11, 16, 17, 18, 19, 49, 67, 72, 80, 89, 90, 92, 93, 99, 100,101, 102, 104, 109, 111, 115, 116, 117, 122, 134,135, 136, 137; e Subemendas nºs 01 à Emenda nº 06 e à Emenda nº 16, destacadas, ao PLL nº 010/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADOS** por 19 votos **SIM**, 3 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES.**

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Eu gostaria de, em nome de vários vereadores, entregar a V. Exa. e ao Presidente Valter um pedido de providências – será protocolado, mas quero formalizar – em relação à votação do 13º salário, que será pedido o empréstimo pelos funcionários, avalizado pelo governo: que, para as eventuais situações de inadimplência, de dificuldades que os funcionários tenham com o banco, o Município

encontre uma alternativa, porque eles estão sendo duplamente penalizados. Gostaríamos que a Câmara, de fato, enquanto instituição, desse consequência ao prefeito municipal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Sofia Cavedon.

Solicito a atenção dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras para os seguintes avisos: conforme deliberação do colégio de líderes, na próxima segunda-feira, dia 10 de dezembro, às 9h, haverá sessão extraordinária, para votação dos projetos priorizados. Na próxima quarta-feira, dia 12, haverá nova reunião conjunta das Comissões destinada a apreciar projetos de vereadores que não tiveram projetos apreciados na conjunta realizada nesta semana e também projetos do governo. A indicação dos projetos deverá ocorrer até o final do expediente desta sexta-feira, dia 7 de dezembro.

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Vereadora, um esclarecimento: havia sido ajustado que na quarta-feira haveria eleição da Mesa, não sei pela manhã ou à tarde. Em qual das sessões será feito?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Reginaldo Pujol, feito o registro. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h24min.)